

Op. 1.227/10 - 16/06 - Prof.



# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO ESTADO DO PARANÁ

Rua Mato Grosso, 1579 - Telefax (44) 3518-5050 - CEP 87300-400 - Cx. Postal 450

C.N.P.J 79.869.772/0001-14

vereadorheltonborges@camaracm.com.br

www.camaracm.com.br

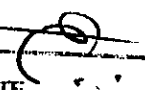
Atendimento: Segunda a Sexta, das 8h às 17h

## INDICAÇÃO

PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO 046

Protocolo Nº 963 Polo  
Campo Mourão, 28/05/10 Horas 14:36

Glis  
PROTOCOLISTA

DESPACHADO FAVORAVELMENTE
Sala das sessões <u>11, 06, 10</u>

PRESIDENTE

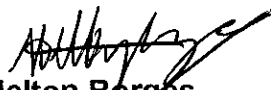
O Vereador que a presente subscreve, em conformidade com Artigo 128, § 1º, Inciso I do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicita o envio de expediente ao **Excelentíssimo Senhor Prefeito - Nelson José Tureck**, indicando que sejam substituídas as lâmpadas comum, por lâmpadas de vapor de sódio, da iluminação pública das Avenidas Comendador Norberto Marcondes, Manoel Mendes de Camargo, Irmãos Pereira, José Custódio de Oliveira e João Bento.

### Justificativa

A iluminação pública da Avenida Goioerê é motivo de elogio dos munícipes, porém os mesmos reivindicam que esse benefício deve ser estendido às demais avenidas da Cidade, principalmente as vias citadas, já que as mesmas são utilizadas pela maioria da população.

Esses mourãoenses acreditam que se tal melhoria for realizada, a ação trará maior segurança aos transeuntes e motoristas, inibindo a ação de assaltantes e demais criminosos.

Sala das Sessões, 27 de maio de 2010.

  
Helton Borges

/RS



## A DIVISÃO LEGISLATIVA CERTIFICA:

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE REGISTRO DE SÚMULA NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO N.º 011/93 -

SOBRE A MATÉRIA:

***não existe súmula registrada por outro Vereador sobre o assunto.***

existe o registro de súmula por outro Vereador sobre o assunto, em anexo.

- QUANTO À EXISTÊNCIA DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL OU MATERIAL DISPONÍVEL SOBRE A MATÉRIA:

Não

Sim, Conforme anexo

- QUANTO À PREJUDICIALIDADE:

***não há qualquer óbice.***

a proposição é idêntica a outra (anexo)  Já aprovada (167, I, a RI)  
 Rejeitada, nesta Sessão Legislativa (167, I, b)  
 Já transformado em diploma legal (167, I, C)

a proposição (artigo 167, inciso II) é idêntica a outra considerada inconstitucional pela CLR.

Trata-se de Indicação e/ ou requerimento com a mesma ou oposta finalidade de outro já aprovado (artigo 167, inciso VI) conforme documento anexo.

- QUANTO AOS QUESITOS PARA RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DA PROPOSIÇÃO.

***não há qualquer óbice.***

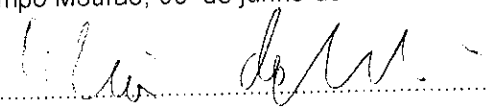
a proposição fere o artigo 151, § 2º, inciso I, do R. I., pois não está formalizada e em termos.

a proposição tem conteúdo idêntico ou semelhante a proposição em tramitação - nº..... (em anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "d", do R.I.


a proposição tem conteúdo que foi objeto de Indicação ou Requerimento aprovados nos últimos 6 (seis) meses (cópia anexo) - art. 151, § 2º, inciso II, alínea "e", do R.I.

a proposição refere-se a objetivo/meta não incluído no Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, vigentes – art. 128, § 2º, do R.I.

Campo Mourão, 09 de junho de 2010.



**ELIAS DA SILVA**  
Chefe da Divisão Legislativa

  
963/10



# PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO

## ESTADO DO PARANÁ

Rua Harrison José Borges, 895 - Telefone (44) 3523-54.21 - CEP 87300-380

C.N.P.J. 79.869.772/0001-1

e-mail:legislativomunicipal@start.com.br

www.camaracm.com.br

### PROCURADORIA PARLAMENTAR

**PARECER PRELIMINAR:** DATA DO RECEBIMENTO PARA PARECER: 30/10/2010.

<input checked="" type="checkbox"/> Indicação nº	963/2010	<input type="checkbox"/> Projeto de Lei nº	/2010
<input type="checkbox"/> Indicação Legislativa nº	/2010	<input type="checkbox"/> Projeto de Resolução	/2010
<input type="checkbox"/> Requerimento	/2010	<input type="checkbox"/> Emenda à L.O.M. nº	/2010
<input type="checkbox"/> Outros	/2010	<input type="checkbox"/> Moção nº	/2010

AUTOR (ES): Helton

#### OCORRÊNCIAS:

- Preenchidos os requisitos de constitucionalidade e legalidade.
- Verificação de Prejudicialidade.
- Vício de competência da matéria. Competência do (a).....
- Vício de origem. Competência privativa do (a).....
- Inconstitucional por ferir:.....
- Inorgânico por ferir:.....
- Illegal por ferir:.....
- Possível corrigir ilegalidade/inconstitucionalidade através de emendas.....
- Necessário corrigir nos seguintes pontos:.....
- Necessário estudo aprofundado pela Assessoria Jurídica.
- Parecer Jurídico em anexo.
- Diligências necessárias ou sugeridas: .....
- A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.I., frente ao disposto no art. .... da LDO.
- A indicação atende ao art. 128, § 2º do R.I., frente ao disposto no art. .... do PPA.

Parecer prolatado em 30/10/2010.

- favorável à tramitação.
- favorável à tramitação com emendas. .... Emendas em anexo.
- Pela apresentação de substitutivo
- Contrário à tramitação
- Substitutivo em anexo.
- Diligências.

**Valter Francisco da Silva**

Procurador Parlamentar

Oab/Pr 29.391